

LEIS COMENTADAS

LDB

LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO

LEGISLAÇÃO COMENTADA



LEIS COMENTADAS COMPLETAS



QUESTÕES GABARITADAS



DISPONÍVEL PARA DOWNLOAD

AVISO IMPORTANTE:

Este é um Material de Demonstração!

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila. Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, esta não é a apostila completa.

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- × Conteúdo totalmente alinhado ao edital
- × Teoria clara, objetiva e sempre atualizada
- × Diferentes práticas que otimizam seus estudos

Ter o material certo em mãos transforma sua preparação e aproxima você da **APROVAÇÃO**.

× Garanta agora o acesso completo e aumente suas chances de aprovação:
<https://www.maxieduca.com.br>

SUMÁRIO



LDB

Legislação Comentada
Comentários artigo por artigo e questões gabaritadas

LDB COMENTADA

1. Contextualização Histórica: A Lei de Diretrizes e Bases como a “Constituição da Educação Brasileira”	1
2. Dicas de Estudo.....	5
3. Lei nº 9.394/96: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB.....	11
4. Considerações Finais	144
5. Questões	147
6. Gabarito.....	169

SUMARIO



A democratização do acesso à educação tem sido, de longa data, bandeira dos movimentos sociais em sua luta incansável pelo atendimento educacional a parcelas cada vez mais amplas da sociedade. Direito negado durante séculos, de modo elitista e discriminatório, a educação escolar destinava-se a poucos privilegiados¹.

Um simples olhar pela história da educação revela o descaso e a omissão com a instrução popular no Brasil. O elitismo, característica marcante da educação brasileira, teve predominância no decorrer dos três séculos de colonização portuguesa, e manteve-se durante o Império e nas primeiras décadas da República.

A realidade educacional correspondia à estrutura da sociedade brasileira que, mesmo com a independência política, mantinha inalterada as suas bases: escravidão, latifúndio e monocultura de exportação. Numa sociedade estruturada em tais moldes, a instrução para o povo parecia desnecessária, não havendo exigência da sociedade para que se desenvolvesse.

O ideal democrático de educação para todos, lançado pela Revolução Francesa de 1789, chegou ao Brasil com cem anos de atraso. Incorporou-se ao ideário liberal republicano, numa perspectiva cívica, propugnando por uma escola pública, gratuita e laica.

Apesar de sua relevância, foram tímidas as suas repercussões práticas. Assim é que a primeira Constituição Republicana, promulgada em 24 de fevereiro de 1891, não fazia sequer referência ao direito à educação.

Com a emergência do processo de desenvolvimento capitalista, nascido sob o impacto da Revolução de 1930, a situação começa a se alterar. Sob a pressão dos intensos debates entre católicos e liberais, cujas propostas se materializaram no Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova de 1932, o direito à educação aparece, pela primeira vez, positivado na Constituição Republicana de 1934, que determinava a gratuidade do ensino primário integral, de frequência obrigatória, e aventava para a possível gratuidade no ensino ulterior ao primário.

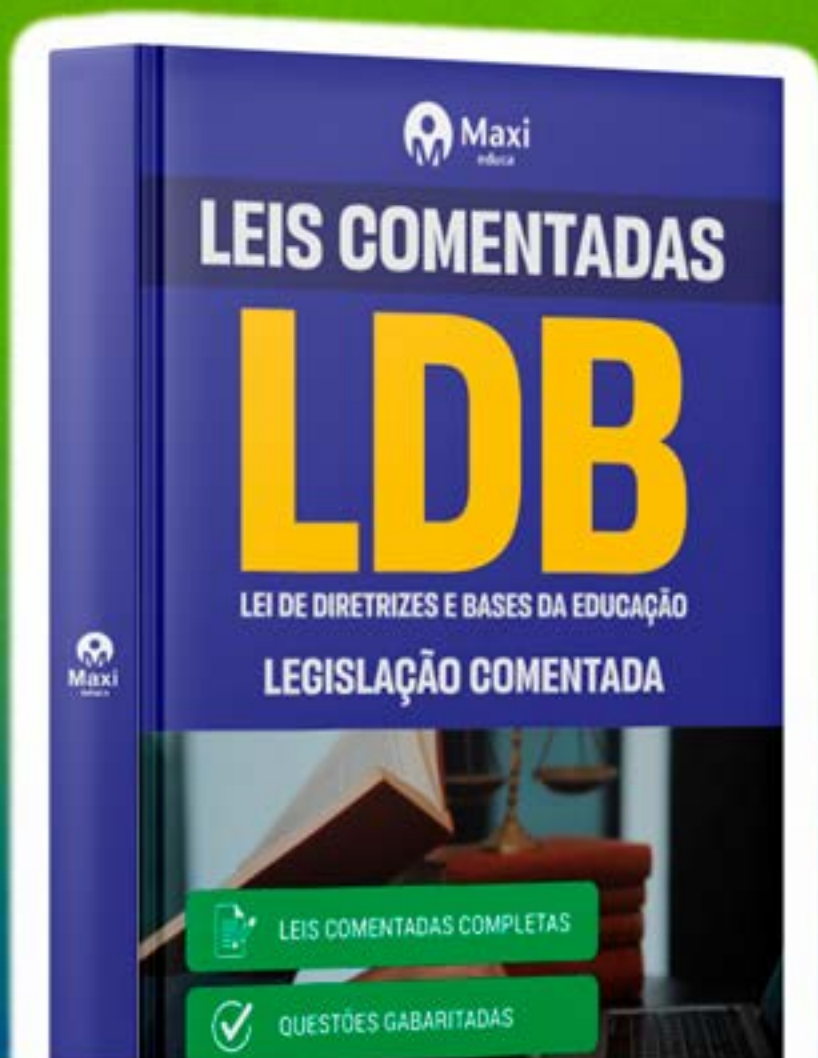
Essa norma constitucional, porém, teve curta duração. Transcorridos apenas três anos, ela foi alterada pela Carta de 1937, outorgada sem participação popular, no contexto do Estado Novo.

Após a queda de Vargas e o fim do Estado Novo, em outubro de 1945, foram realizadas eleições para a Assembleia Nacional Constituinte e elaborado o novo texto constitucional, que entrou em vigor em setembro de 1946. Essa Constituição manteve a gratuidade do ensino primário para todos, quando ofertado pelas escolas públicas, mas nos graus subsequentes a gratuidade limitava-se aos estudantes que conseguissem provar falta ou insuficiência de recursos.

Com base no preceito constitucional que atribuía à União a competência para legislar sobre a educação nacional, em 1948 foi elaborado projeto de lei que propunha ampla reforma educacional, de caráter progressista. Encaminhado ao Parlamento, logrou aprovação após treze anos de tramitação, dando origem à Lei nº 4.024/1961, que estabeleceu as diretrizes e bases da educação nacional.

As divergências e polêmicas surgidas no curso de sua tramitação resultaram em profundas alterações do projeto original, destacadamente, omissão em relação à gratuidade do ensino e compromisso de subvenção às escolas privadas.

¹ BRZEZINSKI, Iria. *LDB 1996 vinte anos depois: projetos educacionais em disputa*. São Paulo: Cortez Editora, 2022.



GOSTOU DESSE **MATERIAL?**

A versão **COMPLETA** é o passo decisivo para você finalmente alcançar a aprovação e mudar sua vida. Ative agora seu **DESCONTO ESPECIAL!**

QUERO MINHA APROVAÇÃO!